



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2022**

EDITAL Nº 1/2022 – 1ª RETIFICAÇÃO, 30 de agosto de 2022.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, nos termos estabelecidos no subitem 19.11 do Edital Nº 1/2022, de 29.08.2022, referente ao 10º Concurso Público para provimento de 42 (quarenta e duas) vagas na carreira de Procurador do Estado de Santa Catarina de classe inicial, torna pública a seguinte retificação ao edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No item 6, DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, subitem 6.1.1, ONDE SE LÊ:

6.1.1 Ficam reservadas vagas aos candidatos com deficiência na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas totais previstas, na forma distribuída na tabela do subitem 3.1 deste Edital, e daquelas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, de acordo o Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.688/2018, desde que os candidatos assim se declarem com base em laudo médico (imagem do documento original), **emitido nos últimos 12 (doze) meses** antes do ato da inscrição da data de inscrição, em que deve constar com nitidez, no mínimo, a identificação do candidato e do emissor com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina e assinatura, atestando o tipo e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

LEIA-SE:

6.1.1 Ficam reservadas vagas aos candidatos com deficiência na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas totais previstas, na forma distribuída na tabela do subitem 3.1 deste Edital, e daquelas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, de acordo o Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.688/2018, desde que os candidatos assim se declarem com base em laudo médico (imagem do documento original), **emitido nos últimos 12 (doze) meses** antes do ato da inscrição, em que deve constar com nitidez, no mínimo, a identificação do candidato e do emissor com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina e assinatura, atestando o tipo e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

2. No item 8, DA PRIMEIRA ETAPA: PROVA OBJETIVA, subitem 8.2, ONDE SE LÊ:

8.2 Os locais para realização da **Prova Objetiva** serão divulgados no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/cgesc22>.

LEIA-SE:

8.2 Os locais para realização da **Prova Objetiva** serão divulgados no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgesc22>.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2022**

3. No item 8, DA PRIMEIRA ETAPA: PROVA OBJETIVA, subitem 8.4.11, ONDE SE LÊ:

8.4.11 A FGV divulgará a imagem do cartão de respostas dos candidatos que realizarem a Prova Escrita Objetiva, exceto dos eliminados na forma deste Edital, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/cgesc22> após a data de divulgação do resultado da Prova Escrita Objetiva. A imagem ficará disponível por até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

LEIA-SE:

8.4.11 A FGV divulgará a imagem do cartão de respostas dos candidatos que realizarem a Prova Escrita Objetiva, exceto dos eliminados na forma deste Edital, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgesc22> após a data de divulgação do resultado da Prova Escrita Objetiva. A imagem ficará disponível por até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

4. No item 9, DA SEGUNDA ETAPA: PROVAS PRÁTICAS, subitem 9.20, ONDE SE LÊ:

9.20 Para recorrer contra o resultado preliminar da Prova Prática, o candidato deverá usar formulários próprios, encontrados no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/concursopgesc22>, respeitando as respectivas instruções.

LEIA-SE:

9.20 Para recorrer contra o resultado preliminar da Prova Prática, o candidato deverá usar formulários próprios, encontrados no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgesc22>, respeitando as respectivas instruções.

5. No item 13, DA QUARTA ETAPA: PROVA DE TÍTULOS, subitem 13.3, ONDE SE LÊ:

13.3 Os títulos para análise deverão ser enviados (imagem do documento original ou cópia autenticada, frente e verso) em campo específico no link <https://conhecimento.fgv.br/concursos/agemg22>, durante período a ser definido no Edital de Convocação.

LEIA-SE:

13.3 Os títulos para análise deverão ser enviados (imagem do documento original ou cópia autenticada, frente e verso) em campo específico no link <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgesc22>, durante período a ser definido no Edital de Convocação.



6. No Anexo I, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS DISCIPLINAS, FICA INCLUÍDO:

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Estado, Poderes e Funções. Função Administrativa. Federação. Dicotomia Público-Privado.
2. Da Administração Pública: conceito, elementos, princípios expressos e reconhecidos. Perspectiva subjetiva e objetiva.
3. Princípios da Administração Pública. Poderes administrativos.
4. Da Reforma Administrativa do Estado brasileiro. Conceito e características dos setores da Administração Pública. Lei Complementar estadual nº 741/2019. Terceiro Setor. Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Serviços Sociais Autônomos. Parcerias na Administração Pública. Lei nº 9.637/1998. Lei nº 9.790/1999. Lei nº 13.019/2014. Lei estadual nº 12.929/2004. Decreto estadual nº 4.272/2006. Decreto estadual nº 127/2011. Decreto estadual nº 1.196/2017.
5. Administração Pública e Estado: entidades políticas e administrativas.
6. Bens Públicos: classificação, regime jurídico e alienação.
7. Administração Pública Direta e Indireta. Entidades paraestatais. Estatuto jurídico da empresa estatal. Lei nº 13.303/2016.
8. Poderes e Deveres da Administração e dos Administradores Públicos. Poder Regulamentar, Regulatório e Poder de Polícia. Discricionariedade da Administração Pública. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Lei federal nº 13.874/2019. Decreto federal nº 10.178/2019.
9. Atos Administrativos: conceito, elementos, atributos, classificação, vícios e invalidação. Atos Discricionários e Vinculados. Teoria dos Motivos Determinantes.
10. Contratos Administrativos: definição, características, modalidades, alteração e rescisão. Cláusulas Exorbitantes. Teoria da Imprevisão e Fato do Príncipe. Convênios e Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).
11. Licitação Pública: conceito, princípios, legislação, finalidade do procedimento licitatório, princípios, modalidades. Dispensa e Inexigibilidade de licitação. Lei federal nº 8.666/1993; Decreto federal nº 7.892/2013; Decreto estadual nº 903/2020; Lei federal nº 14.133/2021. Pregão. (Lei nº 10.520/2002). Licitação para contratação de serviços de publicidade (Lei nº 12.232/2010). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011). Contratação de soluções inovadoras pelo Estado (Decreto estadual nº 842/2020). Lei Complementar federal nº 182/2021.
12. Serviços Públicos: definição, princípios e classificação. Serviço público em sentido amplo e em sentido estrito. Critérios para definição de serviço público. Delegação de Serviços Públicos. Concessão, Autorização e Permissão (Lei nº 8.987/1995). Parcerias Público-Privadas – PPP. Concessões patrocinadas e administrativas (Lei nº 11.079/2004 e Lei estadual nº 17.156/2017). Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Lei nº 13.334/2016). Racionalização dos serviços públicos (Lei federal nº 13.726/2018).
13. Dos Servidores Públicos no âmbito da Constituição Federal. Agentes Públicos: definição, classificação e regime jurídico-constitucional. Condições de ingresso e sistema remuneratório. Cargo, emprego e função pública. Formas de Provimento do Cargo. Direitos e Deveres. Responsabilidade do Agente Público. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. Lei federal nº 14.230/2021.
14. Intervenções do Estado na Economia.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2022

15. Intervenções do Estado na Propriedade Privada. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação.
16. Responsabilidade Civil do Estado: Teoria da Irresponsabilidade. Teorias Civilistas. Teoria da Culpa Administrativa, do Risco Administrativo e do Risco Integral.
17. Controle administrativo e judicial da Administração Pública. Formas e Momentos de Controle. Controle Interno e Externo. Controles administrativos, legislativos e judiciais. Administração Pública em Juízo.
18. Processo Administrativo: princípios do Processo Administrativo; recursos administrativos. Improbidade Administrativa. Ação Popular, Mandado de Segurança, Ação Civil Pública. Prescrição e Decadência.
19. A administração em juízo. Representação. Atuação processual. Execução do julgado. Despesas judiciais. Prescrição.
20. Acesso à informação. Lei federal nº 12.527/2011. Anticorrupção Empresarial. Lei nº 12.846/2013. Acordos de leniência.
21. LINDB e os seus reflexos no Direito Administrativo (Lei federal nº 13.655/2018).
22. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. Marco Civil da Internet. Tratamento de Dados pelo Poder Público e Sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).
23. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

PERMANECEM INALTERADOS os demais itens, subitens, alíneas e anexos do Edital.

Florianópolis, 30 de agosto de 2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado